



EDUCAÇÃO JÁ!

**Política Nacional
Intersectorial
para a Primeira
Infância**



TODOS
PELA
EDUCAÇÃO

Em parceria com:



FUNDAÇÃO
Maria Cecília
Souto Vidigal

AGENDA

- 1 Contexto / Diagnóstico**
- 2 Proposta para o governo federal 2019-2022**

1

CONTEXTO / DIAGNÓSTICO

A importância da Primeira Infância

Primeira Infância é uma conversa de gente grande...



“A riqueza dos países no século XXI não se define em termos de riqueza material, e sim em função da capacidade dos países para preparar seu capital humano. Sendo assim, a melhor opção para todos é criar condições favoráveis para que todas as crianças participem dos programas de desenvolvimento da Primeira Infância”.

Construir a riqueza das nações - UNESCO, 2010

Por que investir na Primeira Infância?

- 1 Os direitos das Crianças**
- 2 Ciências do Desenvolvimento Humano**
- 3 Demanda Social**
- 4 Valor Educacional**
- 5 Justiça Social**
- 6 Retorno Econômico Social**

A importância da Primeira Infância

1 Os direitos das Crianças



Segundo a Constituição Federal, garantir os direitos da criança é uma **prioridade absoluta do Estado**, assegurando-lhe a vida, a saúde, a alimentação, a educação, o brincar e o lazer, a cultura, o meio ambiente sadio e proteção contra toda e qualquer forma de violência.

2 Ciências do Desenvolvimento Humano



Os anos iniciais de vida são **essenciais para o desenvolvimento** físico, emocional, social e cognitivo do indivíduo, impactando toda a sua existência.

A neurociência destaca a importância dessa fase para o desenvolvimento das crianças, construída a partir do **cuidado integral**, que inclui as **interações e o brincar**.

3 Demanda Social



Mães, pais e responsáveis que trabalham ou precisam se recolocar no mercado de trabalho após o nascimento das crianças **demandam do Estado locais e ações de cuidado integral** a seus filhos.

A Constituição Federal reconhece e explicita que é **direito dos trabalhadores** urbanos e rurais **assistência gratuita aos filhos e dependentes**, desde o nascimento até 5 anos de idade, por meio do acesso a creches e pré-escolas.

A importância da Primeira Infância

4 Valor Educacional



Frequentar a creche e a pré-escola tem forte impacto positivo sobre as competências afetivas, sociais e cognitivas das crianças, ampliando e diversificando seu conhecimento, e formando a **base estruturante das aprendizagens futuras**.

Os efeitos da escolaridade na primeira infância são constatados no ensino fundamental e tem impactos no salário na vida adulta.

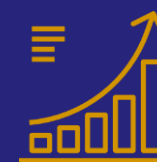
5 Justiça Social



Políticas sociais direcionadas à família, à criança e o ambiente e que oferecem cuidado e educação de qualidade na Primeira Infância são as mais eficazes para **quebrar o círculo da pobreza**.

Investir em crianças em situação de desvantagem **promove a equidade social** e a formação de uma **sociedade mais justa**.

6 Retorno Econômico Social



Estudos demonstram que o **investimento nos primeiros anos de vida é o mais eficaz** para reduzir as desigualdades sociais e econômicas. Seus custos são menores do que minimizar ou reverter problemas posteriores.

Os investimentos que fazemos hoje nas crianças em situação de desvantagem promovem mobilidade social, **criam oportunidades e fomentam uma economia e uma sociedade saudável**¹.

Panorama sobre a Primeira Infância no Brasil...

A Primeira Infância no Brasil



- O Brasil tem aproximadamente **20 milhões** de crianças com até 6 anos.
- Dessas, **1 a cada 3** é beneficiária do Bolsa Família¹.
- As crianças são as mais afetadas pelo círculo vicioso da pobreza e pela desigualdade de oportunidades².
- Apesar de avanços no atendimento da Primeira Infância, ainda temos cenários alarmantes no país.

Para avaliar os cenários observaremos três perspectivas do atendimento à criança:

Educação

Saúde

**Assistência Social
e Proteção**

Fontes: ¹Ministério do Desenvolvimento Social, 2018.

² Paes de Barros. *Determinantes do Desenvolvimento na Primeira infância no Brasil*, 2010.

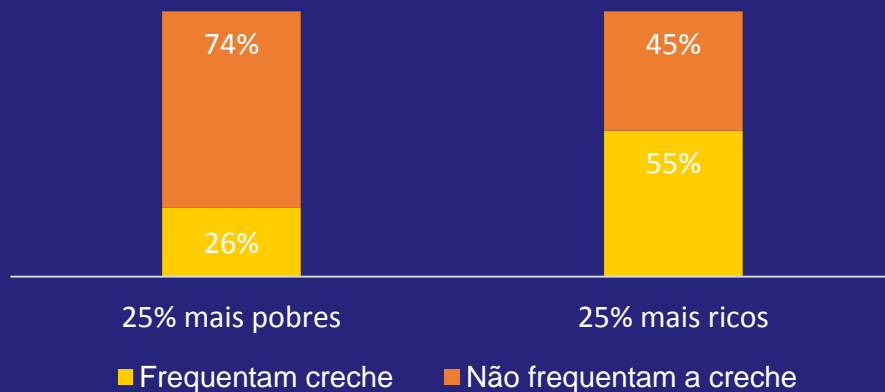
A Primeira Infância no Brasil

Educação

Saúde

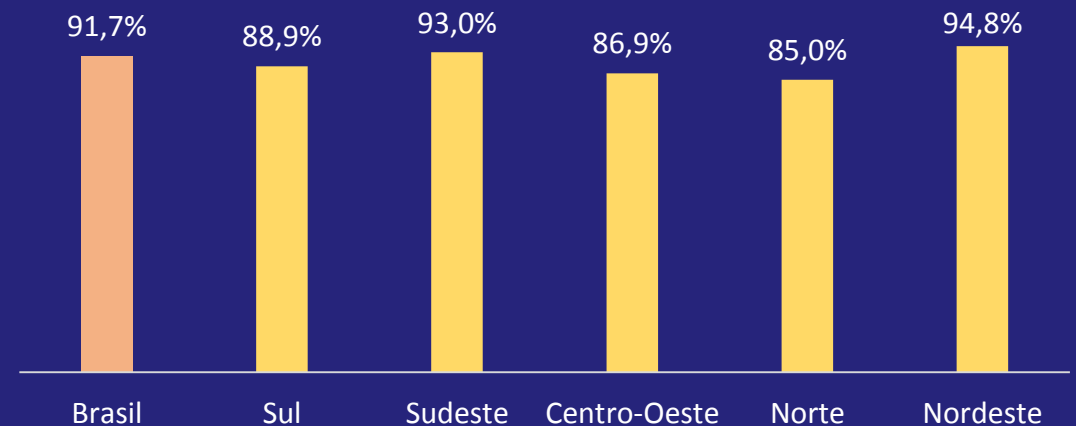
Assistência Social e Proteção

- **Creche: 0 a 3 anos** -> não obrigatória. Meta PNE: 50% das crianças matriculadas até 2024.
 - O atendimento de crianças de 0 a 3 anos nas creches passou de **16% em 2005¹** para **32,7% em 2017**.
- **Creche: entre os 25% mais pobres** da população, apenas **26% das crianças frequentam**. Já nos 25% mais ricos da população, o dado passa para **55%**¹.



Fonte: Pnad Contínua 2017 Educação/IBGE.

- **Pré-escola: 4 e 5 anos** -> obrigatória. Meta: PNE universalização até 2016.
 - O atendimento na pré-escola passou de **72% para 91,7% de 2005¹ a 2017**.
- No entanto, ainda temos 370,4 mil crianças fora da pré-escola, e a taxa de atendimento na pré-escola varia pouco conforme a região².



Fonte: ²Pnad Contínua 2017 Educação/IBGE.

A Primeira Infância no Brasil

Educação

Saúde

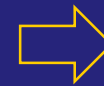
Assistência Social
e Proteção

- Os motivos de não atendimento de crianças nas creches e nas pré-escolas são diversos, desde o desconhecimento da importância da educação nessa etapa dos pais ou responsáveis que, muitas vezes, não querem que a criança frequente a creche ou pré-escola, até a falta de vagas para as famílias que buscam os serviços.

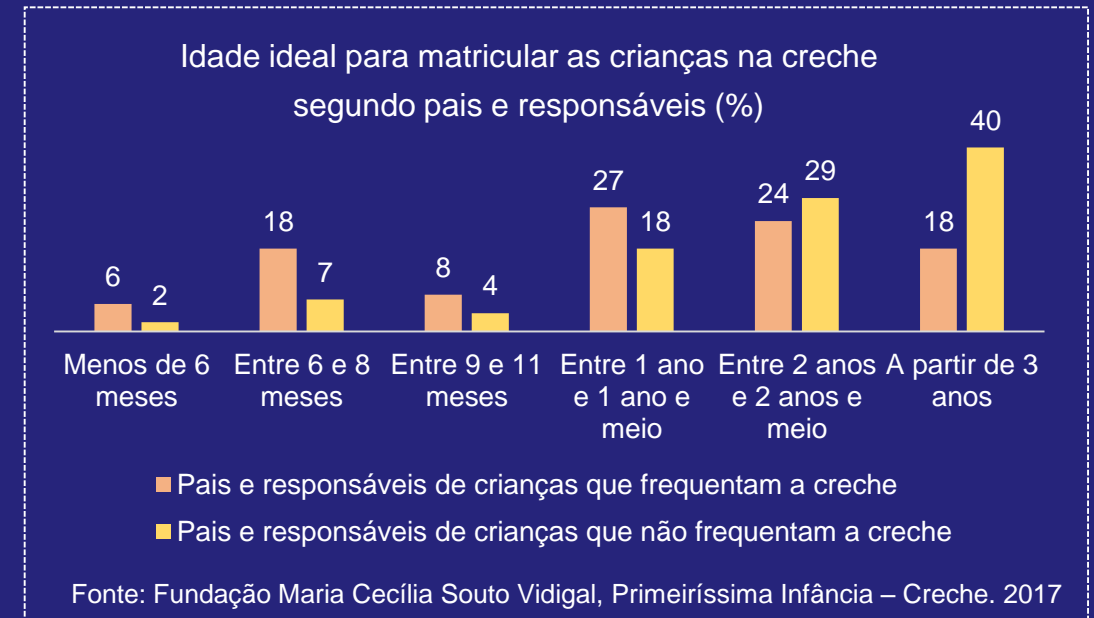
Distribuição das crianças de 0 a 3 anos de idade **que não frequentam a creche**, por motivo de não frequência, segundo os grupos de idade (% -2017)



Fonte: IBGE, Pnad Contínua 2017. Fundação Abrinq.



Estudo da FMCSV mostrou que para a maioria dos pais e responsáveis, a idade ideal para matricular as crianças na creche é entre 1 e 2 anos e meio, o que coincide com a fase de maior ingresso das crianças.



A Primeira Infância no Brasil

Educação

Saúde

Assistência Social
e Proteção

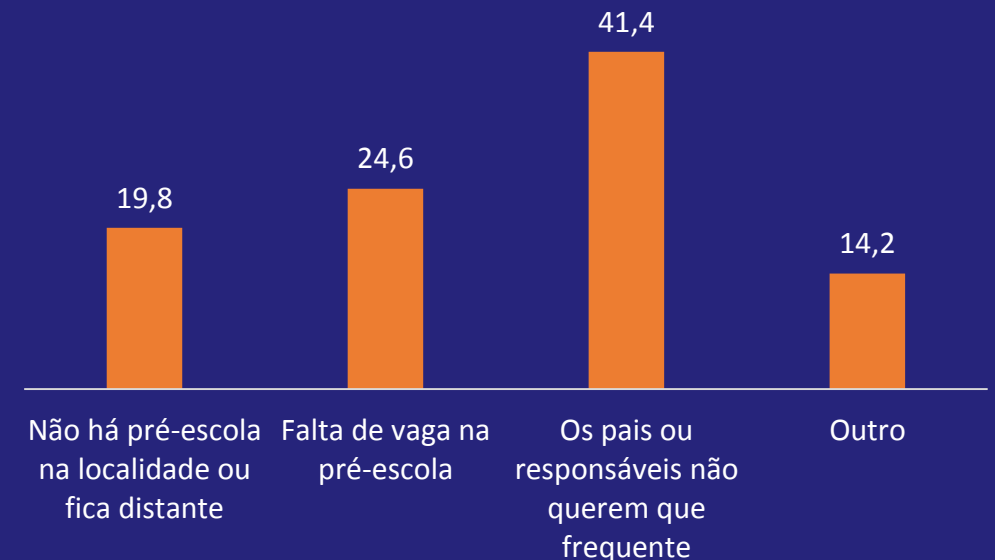
- Os motivos de não atendimento de crianças nas creches e nas pré-escolas são diversos, desde o desconhecimento da importância da educação nessa etapa dos pais ou responsáveis que, muitas vezes, não querem que a criança frequente a creche ou pré-escola, até a falta de vagas para as famílias que buscam os serviços.

Distribuição das crianças de 0 a 3 anos de idade **que não frequentam a creche**, por motivo de não frequência, segundo os grupos de idade (% -2017)



Fonte: IBGE, Pnad Contínua 2017. Fundação Abrinq.

Distribuição das crianças de 4 a 5 anos de idade **que não frequentam a pré-escola**, por motivo de não frequência (% - 2017)



Fonte: IBGE, Pnad Contínua 2017. Fundação Abrinq.

A Primeira Infância no Brasil

Educação

Saúde

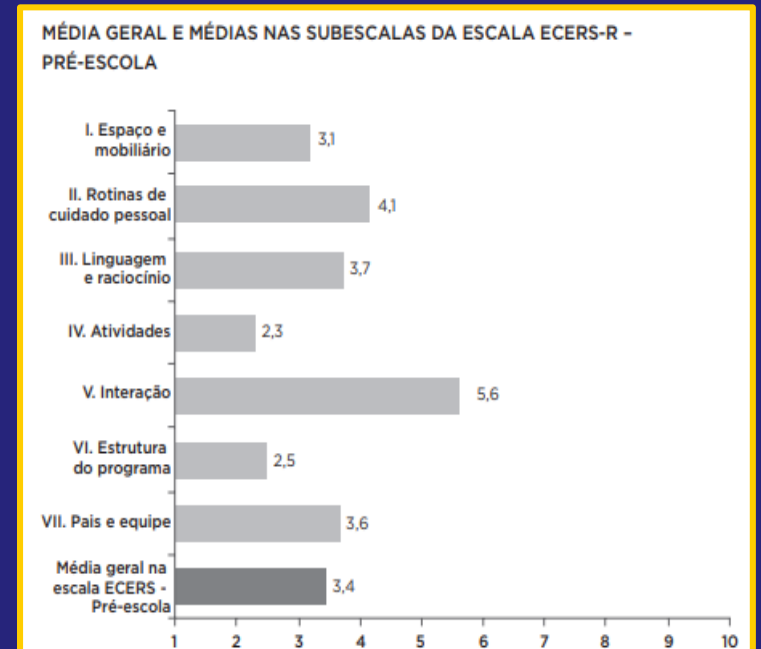
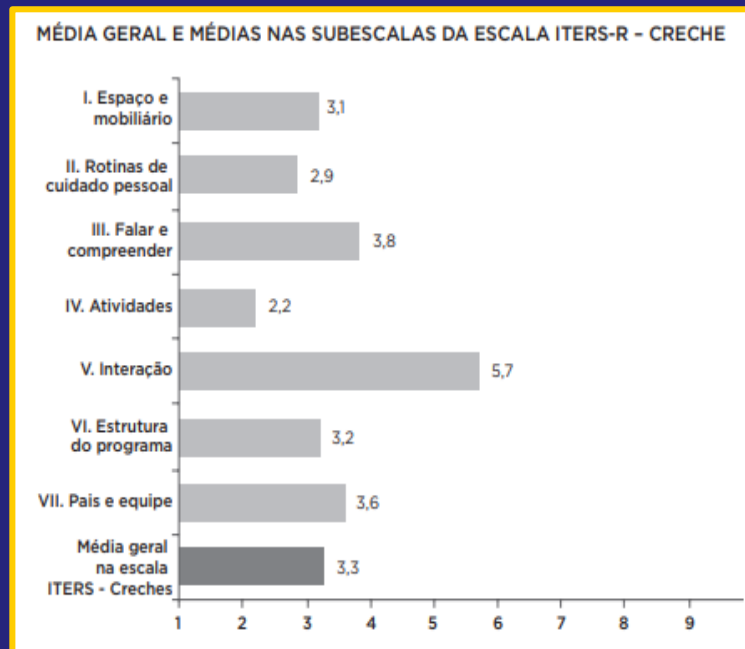
Assistência Social
e Proteção

- No Brasil, também há **problemas de qualidade** quando avaliamos a oferta de creches e pré-escolas.
- Estudo do Ministério da Educação conduzido pela Fundação Carlos Chagas em 2010 em seis capitais brasileiras sobre a qualidade de creches e pré-escolas mostrou que:
 - 50% das creches apresentavam níveis inadequados de serviço.
 - 30% das pré-escolas apresentavam níveis inadequados de serviço.
- Em uma escala de 0 a 10, a média de pontuação das creches foi de 3,3 e das pré-escolas de 3,4.
- A desigualdade regional também é grande:
 - Enquanto capitais do Norte e Nordeste tiveram pontuação menor que 2,8, a pontuação no Sul e Sudeste foi acima de 3,8 na creche. Na pré-escola, a pontuação de Fortaleza foi de 2,2, enquanto Florianópolis foi de 4,7.

A qualidade da educação infantil: um estudo em seis capitais brasileiras



CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO ADOTADOS NA PESQUISA	
Classificação	Pontuação
Inadequado	1 -----3
Adequado	5 -----7
Bom	7 -----8,5
Excelente	8,5 -----10



A Primeira Infância no Brasil

Educação

Saúde

Assistência Social
e Proteção

- A infraestrutura das creches e pré-escolas é um reflexo da precária infraestrutura de diversos municípios brasileiros. Ou seja, alguns recursos básicos ainda não são ofertados, o que prejudica as crianças.
 - Somente 72% das creches e 56% das pré-escolas possuem rede pública de abastecimento de água.
 - Somente 43% das creches e 30% das pré-escolas possuem rede pública de esgoto.
- Para além dos recursos básicos, outros recursos de infraestrutura também não estão presentes em grande parte das creches e pré-escolas:
 - Parque infantil: presente em 42% das creches e somente 27% das pré-escolas.
 - Banheiro infantil adequado: presente em 48% das creches e 29% das pré-escolas.

Estabelecimento da rede pública, por etapa de ensino, segundo recursos disponíveis na escola – Brasil 2016 (%)

Recursos	Creche	Pré-Escola
Parque Infantil	41,8	26,7
Sala de leitura	15,3	14,6
Banheiro dentro do prédio	86,8	82,3
Banheiro adequado à Educação Infantil	47,8	29,1
Água filtrada	88,0	82,7
Abastecimento de água		
Rede pública	72,3	55,9
Poço artesiano	13,3	18,8
Cacimba/Cisterna/Poço	10,5	15,5
Outros	2,7	7,2
Inexistente	5,0	6,8
Esgoto sanitário		
Rede pública	43,1	29,5
Fossa	54,8	64,2
Inexistente	3,7	7,5
Acesso à energia elétrica	98,7	95,7

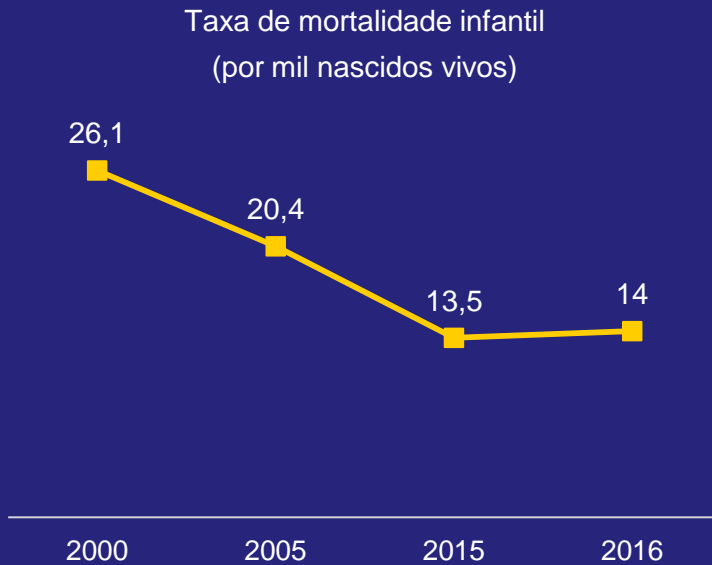
A Primeira Infância no Brasil

Educação

Saúde

Assistência Social
e Proteção

- Apesar da evolução, a mortalidade infantil voltou a crescer, após 15 anos de queda ininterrupta.



Fonte: IBGE, 2016.

Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) em alguns países, 2015

Países	Taxa
Islândia	2,3
Japão	3,0
Suécia	2,9
Itália	3,5
Portugal	3,7
Estados Unidos	6,8
Chile	7,9
Uruguai	8,9
Argentina	11,4
Brasil	14,0

Fonte: Banco Mundial e IBGE, 2015.

- A taxa de mortalidade infantil subiu de 13,5% em 2015 para 14% em 2016.
- De acordo com o IBGE, 70% das mortes de crianças acontecem quando elas têm ainda menos de um ano.
- Em famílias mais pobres, como nas populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas e em assentamentos, a mortalidade materna e de crianças com menos de 1 ano é ainda mais alta.

- Diversas causas de mortalidade infantil poderiam ser evitadas por ações de imunoprevenção, atenção adequada à mulher na gestação e no parto e ao recém nascido, além do aleitamento materno até os seis meses e puericultura adequada até os dois anos.

A Primeira Infância no Brasil

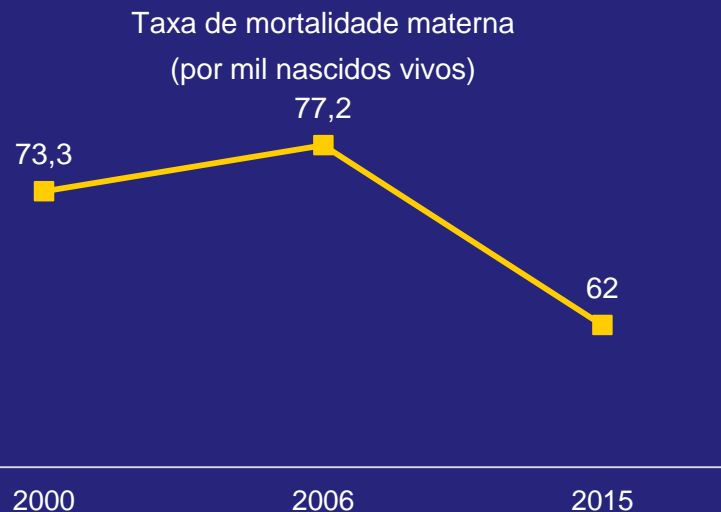
Educação

Saúde

Assistência Social
e Proteção

- Assim como a mortalidade infantil, a mortalidade materna também melhorou no Brasil ao longo dos anos.

- A morte materna é qualquer morte que acontece durante a gestação, parto ou até 42 dias após o parto, desde que decorrente de causa relacionada ou agravada pela gravidez.
- Cerca de 92% são evitáveis e ocorrem principalmente por hipertensão, hemorragia, infecções e abortos provocados.



Fonte: DataSus, 2015.

- Meta Brasil ODM para 2015: reduzir em 75% as mortes maternas. Não foi alcançada – redução foi de 57%.
- Meta Brasil ODS para 2030: reduzir 50% as mortes maternas a partir de 2018.

A Primeira Infância no Brasil

Educação

Saúde

Assistência Social
e Proteção



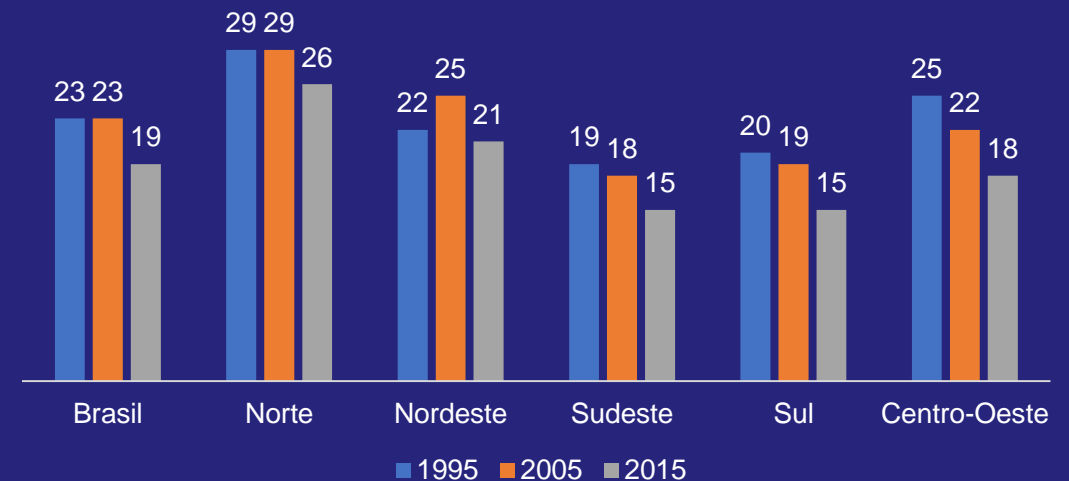
A **cobertura de vacinas no país vem caindo**, o que ameaça a erradicação de doenças como o sarampo e a poliomielite. Embora as estratégias de vacinação sejam de responsabilidade dos Municípios, o repasse de verbas é do Governo Federal.



Um a cada cinco bebês nascidos por ano no Brasil **é filho de uma mãe adolescente**, segundo o Ministério da Saúde.

Em regiões mais pobres, o número de adolescentes grávidas é ainda maior.

Proporção de nascidos vivos de mães adolescentes (10 a 19 anos), por região (%)



A Primeira Infância no Brasil

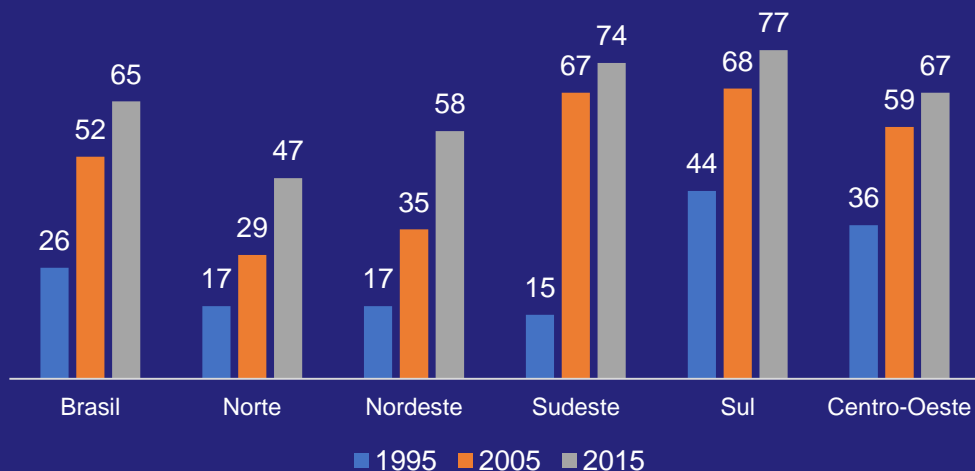
Educação

Saúde

Assistência Social e Proteção

- O pré-natal é essencial para a prevenção, diagnóstico e tratamento precoce de problemas de saúde maternos e fetais.
- Apesar de melhorias importantes no tocante ao acesso ao pré-natal no primeiro trimestre de gestação, o desafio ainda permanece, principalmente nas regiões mais pobres do país.

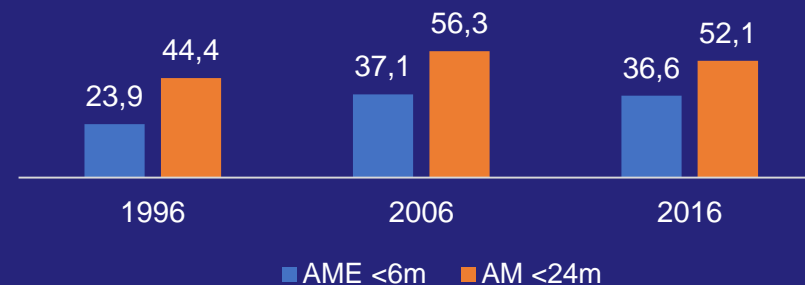
Proporção de nascidos vivos com pelo menos sete consultas pré-natal por regiões (%)



Fonte: Ministério da Saúde, Datasus 2015.

- O aleitamento materno tem vantagens para a criança e para a mãe. Além de ser uma estratégia importante para a promoção do vínculo mãe e filho, é eficaz na redução da morbidade e mortalidade infantil.
- Pesquisas apontam que o alcance do aleitamento materno universal poderia prevenir cerca de 12% das mortes de crianças menores de cinco anos a cada ano¹.

Prevalência de aleitamento materno exclusivo em menores de seis meses de idade (AME <6m) e aleitamento materno até os 24 meses (AM <24m) no Brasil, por inquérito nacional



Fonte: Ministério da Saúde, Datasus. Fundação Abrinq, 2017.

AME <6 em outros países:

Chile 2017: 57%
Argentina 2017: 42%
Colômbia 2015: 36,1%

Fonte: Breastfeeding in the 21st century: epidemiology, mechanisms, and lifelong effect. Lancet, 2016.

A Primeira Infância no Brasil

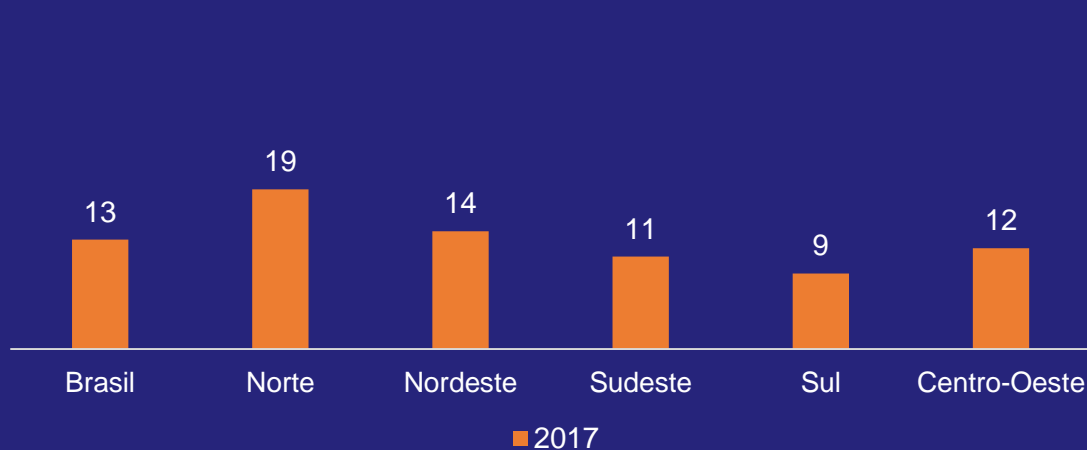
Educação

Saúde

Assistência Social
e Proteção

- O quadro de subnutrição no Brasil ainda é preocupante, já que uma alimentação saudável é condição para o desenvolvimento integral das crianças.
- A prevalência da baixa estatura na Primeira Infância é uma evidência da pobreza e iniquidade social.

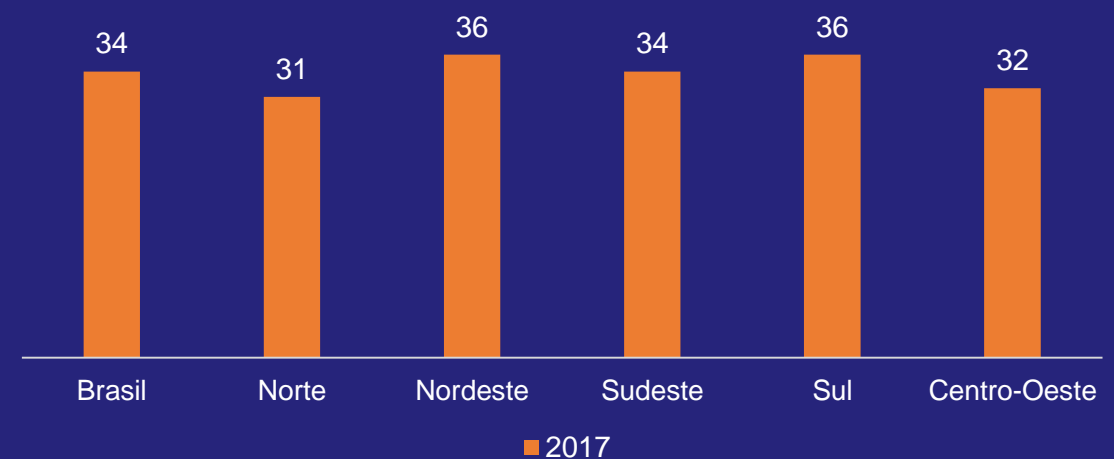
Prevalência de subnutrição (baixa estatura) em crianças menores de cinco anos, por região (%)



Fonte: Ministério da Saúde, Datasus. Fundação Abrinq, 2017.

- No Brasil, um terço das crianças abaixo de cinco anos de idade apresenta algum grau de excesso de peso.
- O excesso de gordura corporal é um fator de risco para o desenvolvimento de hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares e câncer de forma muito precoce, já na Primeira Infância.

Excesso de peso (risco de sobrepeso e obesidade) em crianças menores de cinco anos, por região (%)



Fonte: Ministério da Saúde, Datasus. Fundação Abrinq, 2017.

A Primeira Infância no Brasil

Educação

Saúde

**Assistência Social
e Proteção**

- Cerca de 40% das crianças e adolescentes até 14 anos vivem em situação de pobreza no Brasil;
- Aproximadamente 4 milhões de crianças e jovens até 17 anos moram em favelas¹;
- 26% das crianças de 0 a 14 anos são filhas de famílias pobres que não participam de nenhum programa social de transferência de renda; e
- 43% dessas crianças vivem em lugares onde não há condições sanitárias básicas, ou seja, sem acesso simultâneo à coleta de lixo, abastecimento de água e esgoto sanitário².



Estudos já evidenciaram que problemas de nutrição e a poluição, por exemplo, durante a gravidez ou no primeiro ano de vida acarretam uma queda significativa no desempenho escolar das crianças no futuro. Além disso, também apontaram que o aumento da renda de famílias com crianças tem forte impacto em seu aprendizado no futuro.



Assim, as condições precárias de vida as quais muitas das crianças brasileiras estão submetidas prejudicarão seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e terão impactos também em sua vida escolar.

A Primeira Infância no Brasil

Educação

Saúde

Assistência Social
e Proteção

- Proporcionar o atendimento integral às crianças começa desde a garantia ao seu registro de nascimento.
- Além de garantir o exercício pleno da cidadania por parte de crianças, as informações de registro civil são estatísticas importantes sobre o crescimento populacional e são subsídios para as políticas públicas de Primeira Infância.
- No Brasil, os percentuais de sub-registro permanecem elevados nas regiões Norte e Nordeste.



Nascimentos estimados e registrados, e percentual de sub-registro segundo as regiões, 2014

Região	Nasc. Estimados	Nasc. Registrados	Percentual de sub-registro
Brasil	2.933.186	2.904.964	1
Norte	333.252	296.101	12,5
Nordeste	899.566	803.556	11,9
Sudeste	1.102.813	1.166.985	-5,5%
Sul	370.585	395.410	-6,3%
Centro-Oeste	226.970	242.912	-6,6%

Fonte: IBGE. Fundação Abrinq, 2017.

A Primeira Infância no Brasil

Educação

Saúde

Assistência Social
e Proteção

- Uma importante forma de atendimento às crianças e às famílias são os programas de visitação domiciliar. O intuito da visitação não é interferir na autoridade da família, mas **orientá-la e empoderá-la**.
- Os programas de visitação familiar se destacam, sobretudo, por sua importância como uma **forma de educação parental**, sendo **relevante principalmente para famílias que têm filhos até 2 anos e que não frequentam a escola**.
- Atualmente, **91,8% das crianças até 1 ano** passam a maior parte do tempo em casa e esse índice é de **83,9% e 73,4% para as de 1 e 2 anos respectivamente**¹.

Programas de visitação domiciliar no Brasil

- **PIM (RS)**: mostrou resultados importantes, como maior presença dos pais na vida escolar das crianças; melhora em indicadores socioafetivos, de motricidade, linguagem e cognitivos.
- A avaliação sobre a qualidade dos serviços prestados é alta e entrevistados têm a percepção positiva sobre o impacto na sua preparação para o cuidado e desenvolvimento das crianças².
- O Programa Criança Feliz, concebido em 2016, é uma das formas de apoio do governo federal ao atendimento de crianças e suas famílias vulneráveis por meio da visitação domiciliar. No entanto, sua cobertura ainda é baixa tendo em vista o território nacional.

O PIM atualmente está presente em 247 municípios, e atende cerca de 54 mil famílias no RS².

Somente **3%**³ das crianças **em situação de vulnerabilidade** e suas famílias são atendidas pelo Programa Criança Feliz.

A Primeira Infância no Brasil

Educação

Saúde

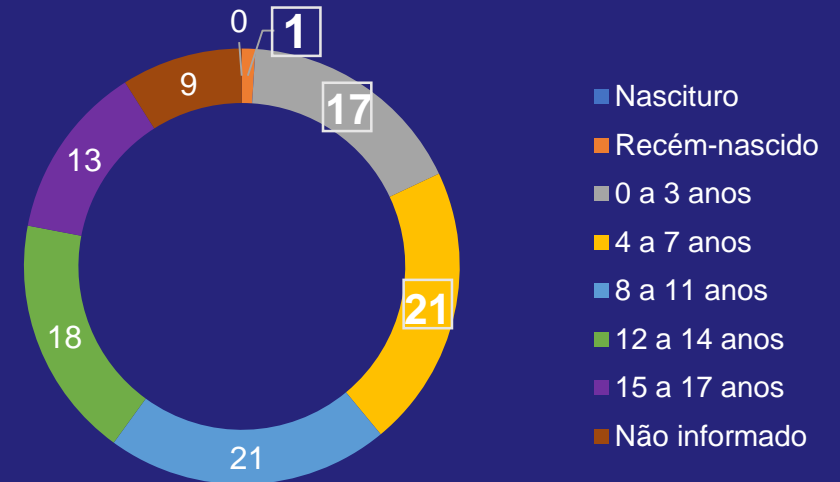
Assistência Social
e Proteção

- No que se refere à violência doméstica contra a criança, o Brasil apresenta ainda dados alarmantes, apesar da promoção de importantes avanços voltados à proteção integral dos direitos.

39% dos casos de violência contra crianças e jovens ocorrem na faixa etária de **0 a 7 anos.**



Violência doméstica contra a criança - faixa etária da vítima, 2017 (%)



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos (MDH), 2017.

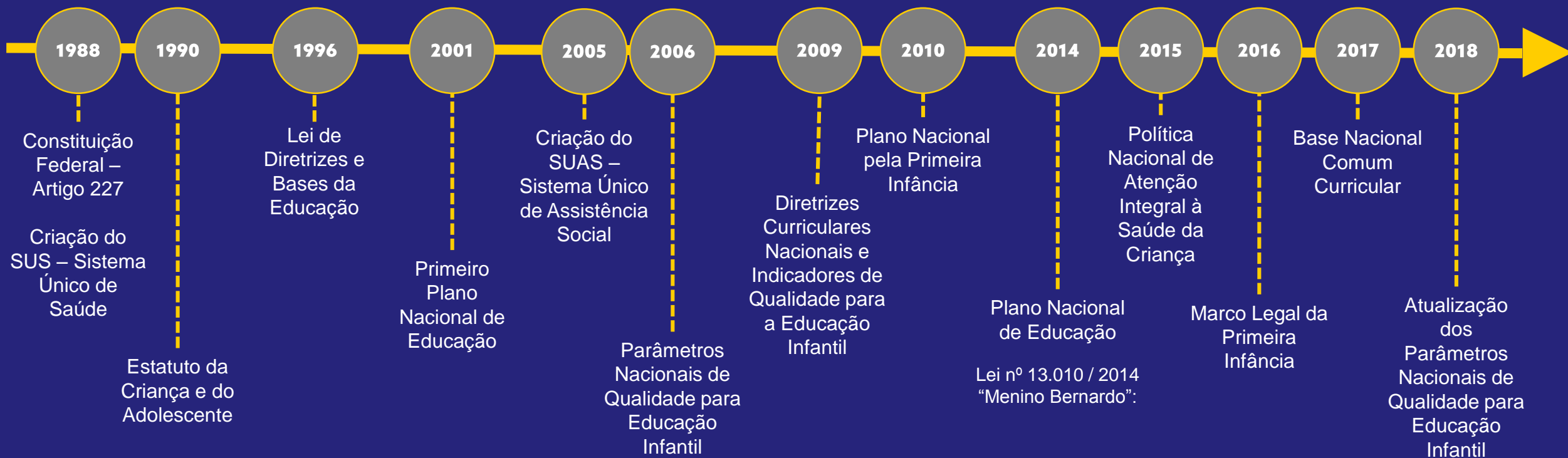
- O levantamento dos índices de violações existentes no país contra crianças e adolescentes depende da capacidade de registro e atuação dos municípios, já que ainda não existe um sistema unificado de registro e notificação dos casos de violência. Isso evidencia que os casos de subnotificação podem ser ainda mais altos.

Sabemos que as políticas públicas são o instrumento do Estado para atender aos direitos da criança, mas...

O que os países e o Brasil têm feito para promover o desenvolvimento da Primeira Infância?

○ Brasil já avançou com iniciativas e marcos legais que ajudam a promover o desenvolvimento da Primeira Infância...

Marcos Legais



Experiências Nacionais

Exemplos de iniciativas federais de destaque:

Educação

1988 - Integração da Educação Infantil à Educação Básica: trazendo as creches e pré-escolas para a categoria de instituições educacionais.

1995 - Programa Nacional de Alimentação Escolar: oferta de alimentação e educação alimentar e nutricional a estudantes.

2004 - Programa Nacional de Transp. Escolar: atende as crianças da educação infantil residentes na zona rural.

2007 - Proinfância: assistência financeira para a construção, reforma e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas.

2017 - Programa de apoio a implementação da BNCC: financiamento federal para que estados formulem seus currículos por meio de regime de colaboração com os municípios.

Saúde

1973 - Programa Nacional de Imunização: acesso gratuito a todas as vacinas recomendadas pela OMS. Erradicação e controle de doenças como varíola, poliomielite, sarampo e febre amarela.

1994 - Estratégia Saúde da Família: cobertura (123 milhões de pessoas) e eficiência no controle e redução da mortalidade infantil.

2011 - Rede Cegonha: melhora no acompanhamento da mulher desde a concepção até o pós-parto, bem como da criança até os dois anos de vida.

2013 - Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil: qualificação de profissionais da Atenção Básica para incentivar aleitamento materno e alimentação saudável para crianças de até 2 anos.

Assistência

2004 - Programa Bolsa Família: transferência de renda para famílias em situação de pobreza.

2009 - Família Acolhedora: acolhimento domiciliar de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar.

2009 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: atividades em grupo com o objetivo de fortalecer as relações familiares e comunitárias.

2016 – Programa Criança Feliz: visitas domiciliares a famílias em situação de vulnerabilidade com crianças até 3 anos.

Proteção

2003 - Disque 100: serviço telefônico de recebimento, encaminhamento e monitoramento de denúncias de violação de direitos humanos de crianças e adolescentes.

2007 - Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM: enfrentamento letalidade infanto-juvenil e de preservação da vida de crianças e adolescentes ameaçados de morte

Intersetoriais

2007 - Saúde na Escola: ações articuladas entre Saúde e Educação para promoção, prevenção e atenção à saúde integral.

2012 - Programa Brasil Carinhoso: transferência de renda complementar para famílias com crianças de 0-6 anos e repasse aos municípios para a Ed. Infantil.

Experiências Nacionais

Iniciativas estaduais de destaque



Programa Primeira Infância Melhor, RS - 2003



Programa Mãe Coruja, PE - 2007



Programa Mãe Paranaense, PR - 2012



Programa São Paulo pela Primeiríssima Infância, SP - 2012



Programa Primeira Infância Amazonense, AM - 2016



Programa Criança Feliz Capixaba, ES - 2016

Iniciativas municipais de destaque



Programa Família que Acolhe - Boa Vista, RR - 2013



Programa Cresça com Seu Filho – Fortaleza, CE - 2014

- Primeira Infância, Nova Iguaçu, RJ -2017
- São Paulo Carinhosa, São Paulo, SP - 2011

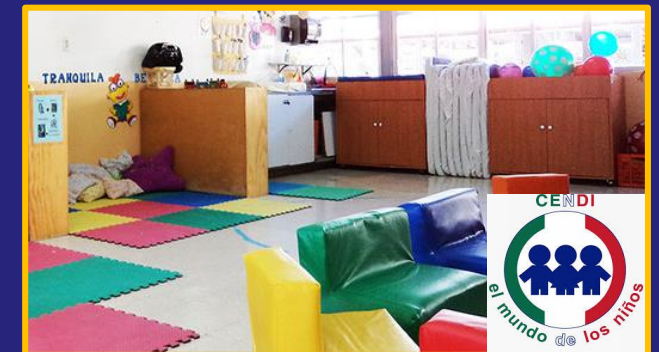


Planos Municipais para a Primeira Infância

Experiências Internacionais

Políticas e iniciativas latino-americanas de destaque:

- Chile: *Chile Crece Contigo* - 2003
- Colômbia: *De Cero a Siempre* - 2011
- Peru: *Cuna Más* - 2012
- Mexico: *CENDI - Centros para o Desenvolvimento Infantil* - 1990
- Uruguai: *Uruguay Crece Contigo* - 2012
- Cuba: *Educa a tu Hijo* - 1983



O que essas iniciativas nos ensinam?

Mesmo tendo características próprias, essas políticas e programas partem da mesma base conceitual e enfatizam:

1. População alvo: **crianças na primeira infância**, da gestação aos quatro, cinco ou seis anos de idade;
2. **Intersectorialidade**: articulam mais de um setor, tendo em vista o desenvolvimento integral da criança;
3. **Foco** nas áreas e situações de maior **vulnerabilidade**;
4. Atenção às **diversas necessidades da criança** inserida no contexto da família e da comunidade;
5. **Monitoramento e avaliação**.

 **Há, portanto, um acervo de conhecimentos e experiências de sucesso no Brasil e no mundo.**

Apesar de termos uma legislação avançada e políticas de destaque no atendimento às crianças, ainda existe o desafio de atendê-las de forma integral e integrada com qualidade.

Quais são os principais obstáculos a serem superados?

1

Falta definição mais clara em nível nacional do que é um atendimento de qualidade à Primeira Infância (parâmetros de atendimento)

2

Diversos entes federativos não possuem condições técnicas e financeiras para ofertar um atendimento adequado

3

Em nível nacional, ainda não há uma organização efetivamente articulada das ações em prol da Primeira Infância para apoiar os entes subnacionais

**A partir desse diagnóstico,
como o Governo Federal
pode articular e coordenar
uma Política Nacional de
Primeira Infância?**

2

**PROPOSTAS PARA O
GOVERNO FEDERAL 2019-2022**

Premissas gerais da Política Nacional Intersectorial para a Primeira Infância:

A Política Nacional para a Primeira Infância deverá:

- Ser **construída em conjunto** entre União, Estados e Municípios.
- Ter como foco a **intersectorialidade** e contemplar pelo menos ações relacionadas à:
 - Educação
 - Saúde
 - Assistência social
 - Proteção à criança
- **Adotar modelos diversificados** nos territórios locais, contemplando as diversas formas de atendimento à criança.
- Se ater ao **cumprimento do direito das crianças**, como absoluta prioridade e respeitando o interesse superior da criança.
- Ser construída a partir de **estratégias que foquem no apoio às famílias e à atenção direcionada às crianças**, por meio do atendimento **articulado entre as áreas**, conforme previsto no Plano Nacional de Educação.
- Ser construída à luz do **Marco Legal brasileiro para a Primeira Infância**.

Seria papel do Governo Federal:

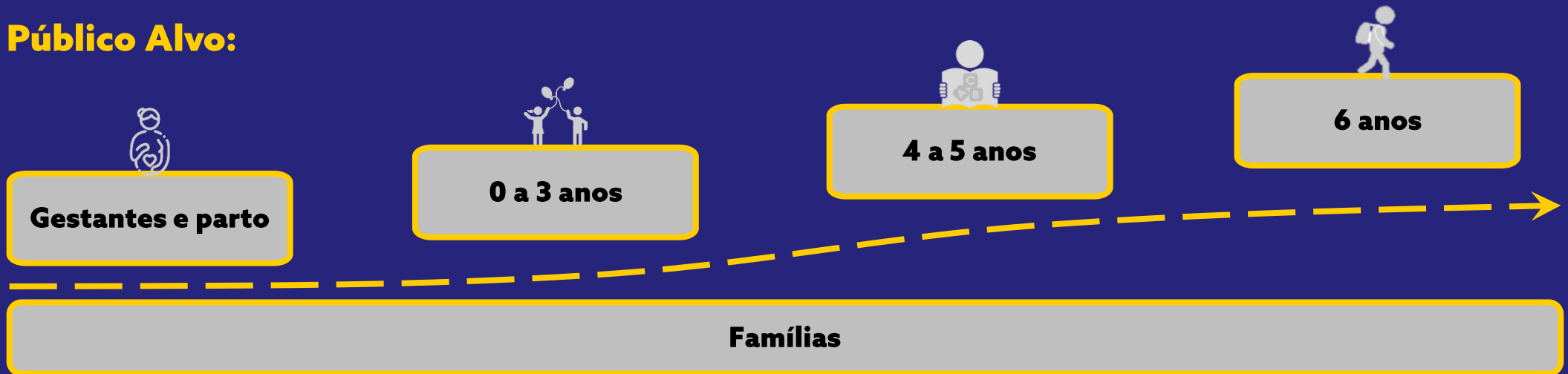
- **Manter, aprimorar e articular ações existentes** (desde que sejam avaliadas e efetivas), ampliando a intersectorialidade.
- Assumir papel de coexecutor da Política Nacional, oferecendo **apoio técnico e financeiro aos entes subnacionais**.

Política Nacional Intersectorial para a Primeira Infância

Objetivo da Política:

Criar condições para o atendimento integral e integrado de qualidade à Primeira Infância no Brasil.

Público Alvo:



Áreas priorizadas:



Política Nacional Intersectorial para a Primeira Infância

Para criar condições para que as crianças tenham um atendimento integral e integrado de qualidade, nossa proposta está estruturada da seguinte forma:

Pilares da Política Nacional Intersectorial para a Primeira Infância

Parâmetros
Nacionais
de Atendimento

Apoio a
Programas
Estaduais
intersectoriais em
colaboração
com municípios

Ações diretas do
Governo Federal
para apoio à
Primeira Infância

Governança e Gestão da Política Nacional

Pacto Interfederativo e
Comissão Intersectorial

Integração e
uso inteligente
dos dados

Visão integrada de
1ª Infância no
Orçamento Federal

Política Nacional Intersectorial para a Primeira Infância

Para criar condições para que as crianças tenham um atendimento integral e integrado de qualidade, nossa proposta está estruturada da seguinte forma:

Pilares da Política Nacional Intersectorial para a Primeira Infância

Parâmetros
Nacionais
de
Atendimento

Apoio a
Programas
Estaduais
intersectoriais em
colaboração
com municípios

Ações diretas do
Governo Federal
para apoio à
Primeira Infância

Governança e Gestão da Política Nacional

Pacto Interfederativo e
Comissão Intersectorial

Integração e
uso inteligente
dos dados

Visão integrada de
1ª Infância no
Orçamento Federal

I) Parâmetros Nacionais de Atendimento

Contexto:

- Já existem parâmetros nacionais no governo federal que visam assegurar diretrizes para o atendimento e qualidade dos serviços prestados à Primeira Infância, mas não são completos e/ou precisam ser atualizados em função de novas legislações.

Saúde

- *Critérios e Parâmetros para o Planejamento e Programação de Ações e Serviços de Saúde no Âmbito do Sistema Único De Saúde – 2015.*
 - *Parâmetros por áreas temáticas. Ex.: atenção à gravidez, parto e puerpério, Rede Cegonha e serviço de atenção domiciliar.*

MINISTÉRIO DA SAÚDE

CRITÉRIOS E PARÂMETROS PARA O PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

PARÂMETROS SUS

BRASILIA - DF 2015

SÉRIE CONTINUAÇÃO 2009 VOL. 1

Quadro 2 - Parâmetros Assistenciais da Rede de Atenção Materno-Infantil para todas as gestantes

POPULAÇÃO ALVO: todas as gestantes

NÍVEL DE ATENÇÃO	PROCEDIMENTO	PARÂMETRO PROPOSTO
AB - Atenção Básica	Consulta médica (pré-natal)	3 consultas/gestante
	Consulta de puerpério	1 consulta/gestante
	Consulta de enfermagem	3 consultas/gestante
	Consulta odontológica	1 consulta/gestante
	Ações educativas Unid/gestante	4 reuniões/gestante
	TABO	1 exame/gestante
	Talor RH	1 exame/gestante
	Teste Coombs indireto para RH negativo	1 exame/30% total gestantes
	EAS	2 exames/gestante
	Glicemias	1 exame/gestante ✓ Conforme a Portaria SAS/SMS nº 430 de 05/10/2011 que dispõe sobre os Planos de Ação Regional e Municipal do Bim Capitulo, para a população de risco de Glicemia por gestante, incluído para ser monitorado. "O exame gestante"
AAE - Atenção Ambulatorial Especializada	Dosagem proteinúria-úria reagente	1 exame/30% total gestantes
	VDRL	2 exames/gestante
	Hematócrito	2 exames/gestante
	Hemoglobina	2 exames/gestante
	Sorologia para toxoplasmose (IGM)	1 exame/gestante que marca realizaram o exame, ou que não tenham exame positivo em outros gestantes
	HBSAg	1 exame/gestante
	Anti-HIV1 e Anti-HIV2	2 exames/gestante
Eletroforese de hemoglobina	1 exame/gestante	
	Ultrassom obstétrico	1 exame/gestante
	Citopatológico cervico-vaginal	1 exame/gestante
	Cultura de bacterias para identificação (urina)	1 exame/gestante

Educação

- *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução nº 5/2009, do CNECEB – caráter obrigatório)*
- *Indicadores de Qualidade na Educação Infantil (caráter orientador) – 2009.*
- *Parâmetros Nacionais da Qualidade da Educação Infantil – 2018.*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009¹

Para os Docentes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 1º, alínea "c" da Lei nº 4.124, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 3.311, de 21 de novembro de 1965, e tendo em vista o Parecer CNE/CEB nº 20/2009, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no D.O.U. de 04 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º - A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e orienta estruturadas as propostas pedagógicas na Educação Infantil.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articuladas com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e os seus princípios, fundamentos e procedimentos definidos pelo Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas na área e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares.

Art. 3º O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam garantir a experiência e o desenvolvimento das crianças em ambientes que sejam parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é ser humano e de direitos que, aos aspectos, culturais e físicos, condições que vivencia, com sua identidade pessoal e coletiva, brincar, imaginar, explorar, criar, estabelecer experiências, narrar, questionar e construir sentidos sobre o mundo e a sociedade, produzindo cultura.

Art. 5º A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não destinados que contemplem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educem e cuidem de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, reguladas e supervisionadas por órgão competente do sistema de ensino e submeterão a controle social.

Art. 6º É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

Art. 7º É obrigatória a matrícula na Educação Infantil de crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

Art. 8º As crianças que completam 6 anos após o dia 31 de março devem ser matriculadas na Educação Infantil.

Art. 9º A frequência na Educação Infantil não é pré-requisito para a matrícula no Ensino Fundamental.

¹ Resolução CNE/CEB 5/2009 (Diário Oficial da União, Brasília, 16 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18).

INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

PARÂMETROS NACIONAIS DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Assistência

- *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social – 2011.*
 - *Atribuições do assistente social de forma genérica.*

1 Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social

4 O trabalho interdisciplinar na Política de Assistência Social

O trabalho de assistentes sociais, psicólogos/as e pedagogos/as, que constituem as principais profissões hoje atuantes nos SUAS, requer interface com as políticas da Saúde, Previdência, Educação, Trabalho, Lazer, Meio Ambiente, Comunicação Social, Segurança e Habitação, na perspectiva de mediar o acesso dos/as cidadãos/as aos direitos sociais.

As abordagens das profissões podem somar-se com o intuito de assegurar uma intervenção interdisciplinar capaz de responder a demandas individuais e coletivas, com vistas a defender a construção de uma sociedade livre de todas as formas de violência e de exploração de classe, gênero, étnica e orientação sexual. Ao integrar a equipe dos/as trabalhadores/as no âmbito da política de Assistência Social, os/as profissionais podem contribuir para criar ações coletivas de enfrentamento a essas situações, com vistas a redefinir um projeto ético e sociopolítico de uma nova sociedade, que assegure a divisão equitativa da riqueza socialmente produzida.

SECRETARIA DE TRABALHO E PROTEÇÃO SOCIAL (NAS POLÍTICAS SOCIAIS)

trabalho [D7] - 2011

I) Parâmetros Nacionais de Atendimento

Proposta:

Criar e/ou atualizar parâmetros nacionais de atendimento para educação, saúde e assistência, de modo a regulamentar os serviços a serem prestados às crianças no âmbito das ações da Política Nacional.

Educação

Assistência Social

Proteção à criança

Saúde

Criação e/ou atualização dos parâmetros nacionais de atendimento para garantia da qualidade da oferta.

I) Parâmetros Nacionais de Atendimento

Proposta:

Criar e/ou atualizar parâmetros nacionais de atendimento para educação, saúde e assistência, de modo a regulamentar os serviços a serem prestados às crianças no âmbito das ações da Política Nacional.

Educação

Assistência Social

Proteção à criança

Saúde

Criação e/ou atualização dos parâmetros nacionais de atendimento para garantia da qualidade da oferta.

1) Contínuo fortalecimento dos Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil

- Mudanças para que os parâmetros sejam mais descritivos e claros sobre os padrões e indicadores a serem alcançados na educação infantil, com foco na interlocução com creches e pré-escolas, públicas e privadas.
 - MEC atualizou os parâmetros em dezembro de 2018.

A partir do esforço já realizado pelo MEC para revisão dos parâmetros, os temas abaixo são considerados essenciais para que sejam fortalecidos e/ou aprimorados:

- *Aprofundamento de parâmetros e diretrizes sobre perfil e formação (sobretudo a formação inicial) dos profissionais da educação infantil - professores e demais profissionais*
- *Correspondência clara dos parâmetros com a ANEI (Avaliação Nacional de Educação Infantil)*
- *Clareza sobre a relação com as creches conveniadas e os padrões que devem adotar*

I) Parâmetros Nacionais de Atendimento

Proposta:

Criar e/ou atualizar parâmetros nacionais de atendimento para educação, saúde e assistência, de modo a regulamentar os serviços a serem prestados às crianças no âmbito das ações da Política Nacional.

Educação

Assistência Social

Proteção à criança

Saúde

Criação e/ou atualização dos parâmetros nacionais de atendimento para garantia da qualidade da oferta.

1) Contínuo fortalecimento dos Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil

- Mudanças para que os parâmetros sejam mais descritivos e claros sobre os padrões e indicadores a serem alcançados na educação infantil, com foco na interlocução com creches e pré-escolas, públicas e privadas.
 - MEC atualizou os parâmetros em dezembro de 2018.

2) Reinterpretação da meta de atendimento à creche em função da demanda por município (50% nacional)

- Discussão já iniciada pelo MEC em 2015.
- Governo Federal deve coordenar a definição de metas diferenciadas para conjuntos dos Municípios do país conforme a necessidade.

Estudo “Educação Infantil: Indicador de necessidade de creche nos Municípios do Rio Grande do Sul”:
a necessidade de acesso à creche varia nos Municípios de acordo com características de sua população.

Estudo “Educação Infantil: Indicador de necessidade de creche nos Municípios do Rio Grande do Sul”

- A necessidade de acesso à creche varia nos Municípios de acordo com características de sua população.

Definição de necessidade de creche:

Tabela 1. Necessidade de atendimento em relação à população total de 0 a 3 anos de idade segundo grupos considerados nos itens (a), (b) e (c), no Rio Grande do Sul — 2024

Grupo	Necessidades (em %)	
	Dentro do grupo	Dentro do RS
(a) famílias pobres residentes em zonas urbanas	100	10
(b) famílias não pobres uniparentais residentes em zonas urbanas	100	5
(c) famílias não pobres e não uniparentais, cujas mães são (ou seriam) economicamente ativas, residentes em zonas urbanas	61	35
Total	--	50

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Demográfico 2010 do IBGE.

Exemplos de municípios

ESTADO E MUNICÍPIOS	Necessidade	
	(%)	Total
Rio Grande do Sul	50%	243.621
Ivoti	60%	581
Imbé	60%	519
Porto Alegre	60%	38.985
Lajeado	60%	2.132
Chuí	60%	189
Gramado Xavier	7%	14
Boa Vista do Sul	6%	5
Vale do Sol	4%	18
Barão do Triunfo	4%	12
Passa Sete	3%	7
Sinimbu	3%	12
Três Forquilhas	2%	2
Chувиска	2%	4

Política Nacional Intersectorial para a Primeira Infância

Para criar condições para que as crianças tenham um atendimento integral e integrado de qualidade, nossa proposta está estruturada da seguinte forma:

Pilares da Política Nacional Intersectorial para a Primeira Infância

Parâmetros
Nacionais
de Atendimento

Apoio a
Programas
Estaduais
intersectoriais
em colaboração
com municípios

Ações diretas do
Governo Federal
para apoio à
Primeira Infância

Governança e Gestão da Política Nacional

Pacto Interfederativo e
Comissão Intersectorial

Integração e
uso inteligente
dos dados

Visão integrada de
1ª Infância no
Orçamento Federal

II) Apoio a Programas Estaduais intersetoriais em colaboração com municípios

Contexto:

Art. 227 da Constituição Federal:

*“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com **absoluta prioridade**, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.*

- O Sistema Federativo implica que todos os entes da federação tenham iniciativas para atender aos direitos da criança, mas que também devem atuar em colaboração, para que assumam em conjunto o dever do Estado.
- A priorização da Primeira Infância atualmente fica a cargo de cada gestor, e há poucos incentivos para se investir politicamente na Primeira Infância de forma integrada.
- Além disso, os entes subnacionais muitas vezes possuem baixa capacidade financeira e técnica para investimento integral à Primeira Infância.



II) Apoio a Programas Estaduais intersetoriais em colaboração com municípios

Proposta:

Instituição de um Programa de Apoio e Indução do Governo Federal para Estados estabelecerem políticas intersetoriais de Primeira Infância em colaboração com seus municípios.

Por que um Programa de Apoio via Estados?

- 1 Dificuldades financeiras e técnicas de municípios para a concepção e implementação de políticas próprias para a Primeira Infância (cerca de 70% dos municípios brasileiros possui até 20 mil habitantes e tem baixa capacidade financeira e de arrecadação).
- 2 Maior facilidade para articulação direta Governo Federal e Estados (27) do que articulação direta Governo Federal e Municípios (5.568).
- 3 Brasil possui exemplos de políticas bem estruturadas em que os Estados coordenam as iniciativas com seus municípios (Primeira Infância: PIM/RS e SPPI/SP, Alfabetização: PAIC/CE, etc).

II) Apoio a Programas Estaduais intersetoriais em colaboração com municípios

Proposta:

Instituição de um Programa de Apoio e Indução do Governo Federal para Estados estabelecerem políticas intersetoriais de Primeira Infância em colaboração com seus municípios.

O Programa de Apoio aos Estados funcionará a partir da oferta de:

INSTRUMENTO DIAGNÓSTICO

Instrumento para realização de um diagnóstico sobre o atendimento atual (com base nos parâmetros nacionais)

II) Apoio a Programas Estaduais intersetoriais em colaboração com municípios

Proposta:

Instituição de um Programa de Apoio e Indução do Governo Federal para Estados estabelecerem políticas intersetoriais de Primeira Infância em colaboração com seus municípios.

O Programa de Apoio aos Estados funcionará a partir da oferta de:

INSTRUMENTO DIAGNÓSTICO

Instrumento para realização de um diagnóstico sobre o atendimento atual (com base nos parâmetros nacionais)

ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE UM PLANO ESTADUAL

Cardápio de ações passíveis de apoio financeiro e técnico para orientar a elaboração dos Programas para Primeira Infância em âmbito estadual

Exemplos de ações de apoio que podem ser desenvolvidas intersetorialmente:

Ações diretas nas políticas públicas

- Apoio a famílias com gestantes e crianças até 3 anos
- Visitação domiciliar
- Ações de saúde na escola
- Prevenção do abuso e exploração sexual infantil e violência contra criança

- Orientações aos cuidadores
- Ampliação do atendimento nos CRAS e CREAS
- Criação de centros integrados de atendimento

Ações de gestão

- Elaboração de protocolos intersetoriais de atendimento
- Criação de condicionalidades às ações implementadas
- Integração de registros de atendimento e bancos de dados de estados e municípios

II) Apoio a Programas Estaduais intersetoriais em colaboração com municípios

Proposta:

Instituição de um Programa de Apoio e Indução do Governo Federal para Estados estabelecerem políticas intersetoriais de Primeira Infância em colaboração com seus municípios.

O Programa de Apoio aos Estados funcionará a partir da oferta de:

INSTRUMENTO DIAGNÓSTICO

Instrumento para realização de um diagnóstico sobre o atendimento atual (com base nos parâmetros nacionais)

ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE UM PLANO ESTADUAL

Cardápio de ações passíveis de apoio financeiro e técnico para orientar a elaboração dos Programas para Primeira Infância em âmbito estadual

APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO

Viabilização de recursos e apoio técnico para implementação dos Planos Estaduais

II) Apoio a Programas Estaduais intersetoriais em colaboração com municípios

Proposta:

Instituição de um Programa de Apoio e Indução do Governo Federal para Estados estabelecerem políticas intersetoriais de Primeira Infância em colaboração com seus municípios.

O Programa de Apoio aos Estados funcionará a partir da oferta de:

INSTRUMENTO DIAGNÓSTICO

Instrumento para realização de um diagnóstico sobre o atendimento atual (com base nos parâmetros nacionais)

ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE UM PLANO ESTADUAL

Cardápio de ações passíveis de apoio financeiro e técnico para orientar a elaboração dos Programas para Primeira Infância em âmbito estadual

APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO

Viabilização de recursos e apoio técnico para implementação dos Planos Estaduais

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Ferramentas de monitoramento e avaliação para que os Estados façam a gestão das políticas juntamente com seus municípios, bem como disseminação de boas práticas

Política Nacional Intersectorial para a Primeira Infância

Para criar condições para que as crianças tenham um atendimento integral e integrado de qualidade, nossa proposta está estruturada da seguinte forma:

Pilares da Política Nacional Intersectorial para a Primeira Infância

Parâmetros
Nacionais
de Atendimento

Apoio a
Programas
Estaduais
intersectoriais em
colaboração
com municípios

Ações diretas
do Governo
Federal para
apoio à
Primeira
Infância

Governança e Gestão da Política Nacional

Pacto Interfederativo e
Comissão Intersectorial

Integração e
uso inteligente
dos dados

Visão integrada de
1ª Infância no
Orçamento Federal

III) Ações diretas do Governo Federal

Contexto:

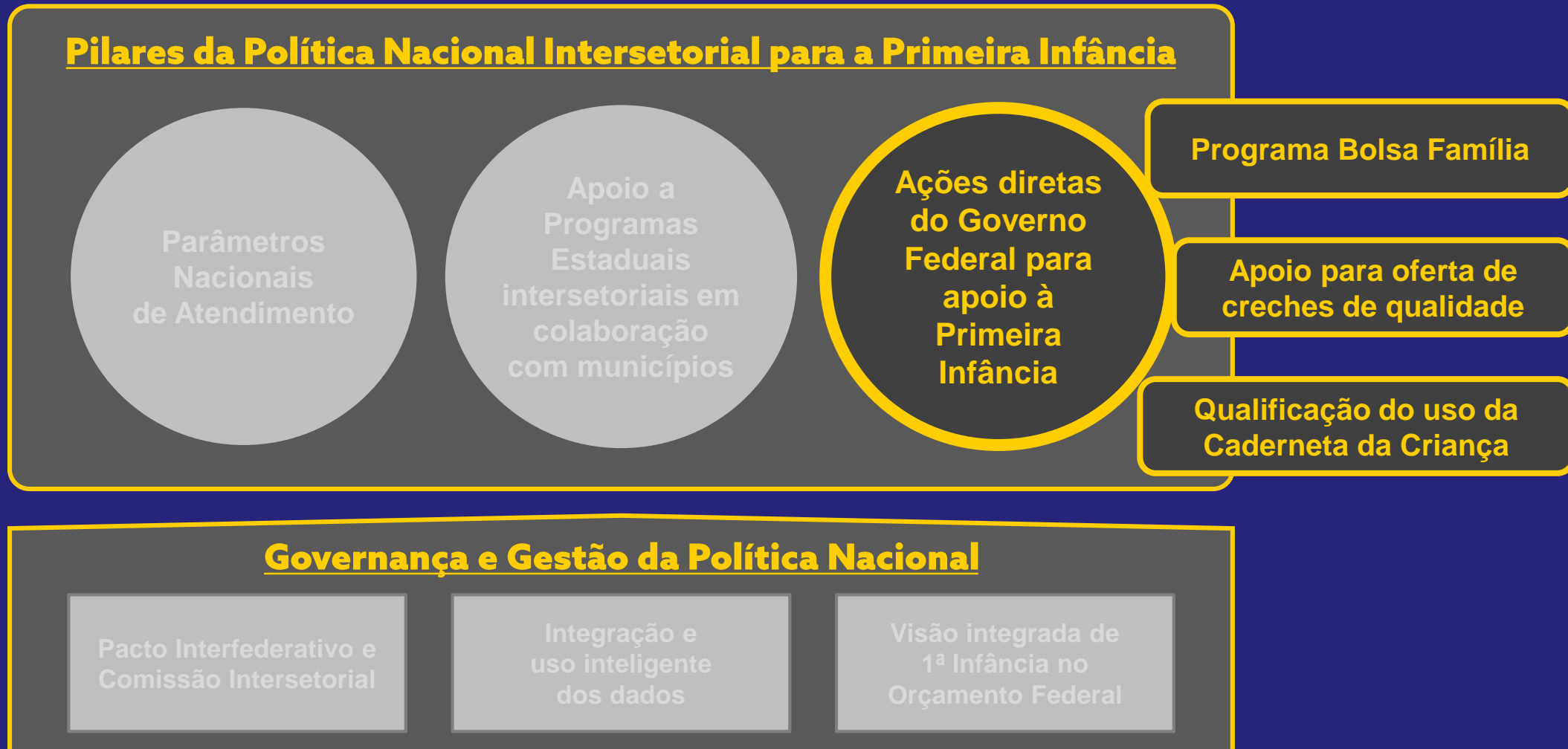
- O Brasil possui algumas políticas do Governo Federal já bem estabelecidas que perpassam pela questão da Primeira Infância, mas que poderiam ser ampliadas ou reestruturadas.

Exemplos:

- **Programa Bolsa Família:** mecanismo condicional de transferência de recursos para famílias em extrema pobreza, é referência mundial para esse tipo de política. Está sob gestão do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).
- **Programas para Creches:**
 - **Brasil Carinhoso:** programa de transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil, contribuir com as ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional. Os valores repassados são proporcionais ao número de matrículas em creches de crianças em situação de vulnerabilidade social.
 - **Proinfância:** programa voltado para a construção e creches e pré-escolas, por meio de assistência técnica e financeira, e aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil.
- **Caderneta de Saúde da Criança:** caderneta distribuída em maternidades públicas e privadas, é um documento importante para acompanhar a saúde, crescimento e desenvolvimento da criança do nascimento até os 9 anos de idade. Há uma parte destinada a família/quem cuida da criança e outra a profissionais de saúde.

Política Nacional Intersectorial para a Primeira Infância

Para criar condições para que as crianças tenham um atendimento integral e integrado de qualidade, nossa proposta está estruturada da seguinte forma:



III) Ações diretas do Governo Federal

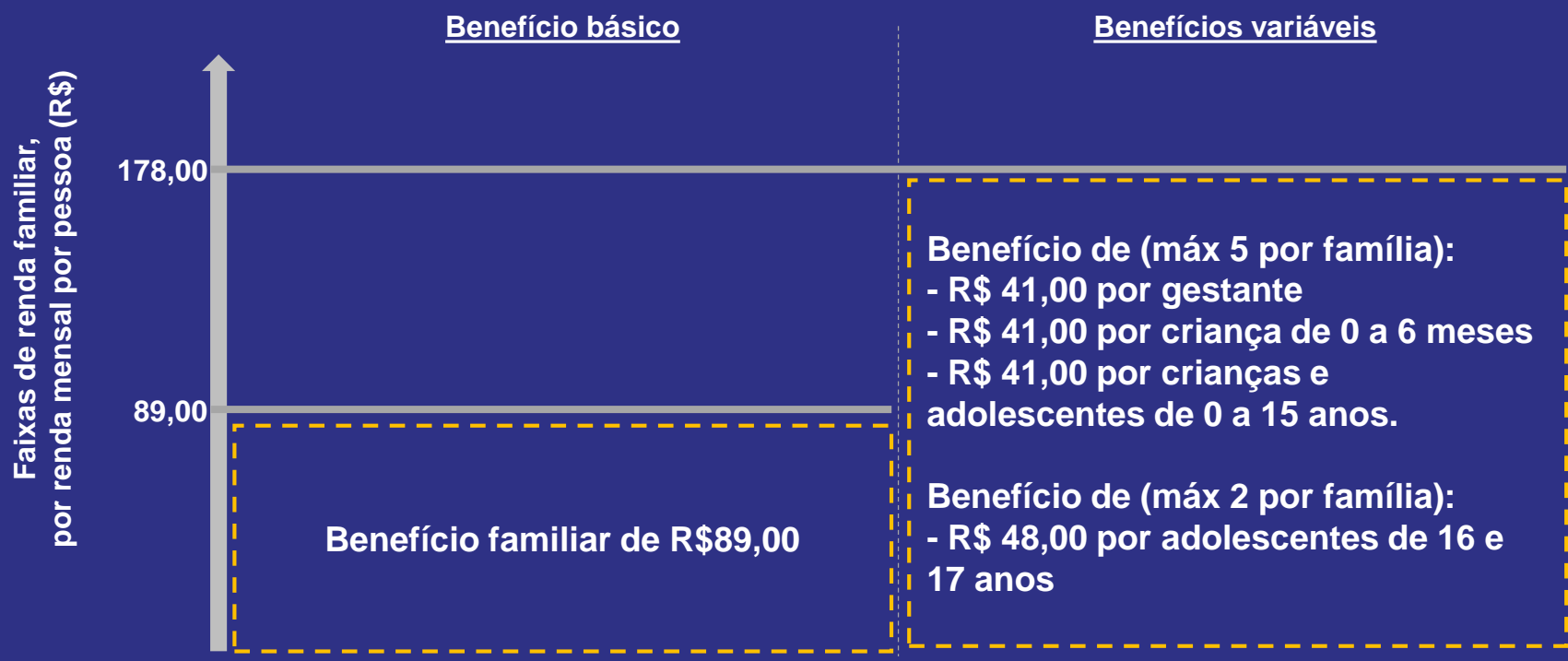
Programa Bolsa Família

Proposta:

Ampliar o foco à Primeira Infância no âmbito do Programa Bolsa Família, ajustando o benefício variável para famílias com crianças de até 6 anos.

Programa Bolsa Família:

Como funciona:



+ Benefício para Superação da Extrema Pobreza

- Benefício às famílias que continuem com renda mensal por pessoa inferior a R\$ 89,00, mesmo após receberem os outros benefícios do Programa.
- Valor calculado caso a caso, para garantir que a família ultrapasse o piso de R\$ 89,00 de renda por pessoa.

III) Ações diretas do Governo Federal

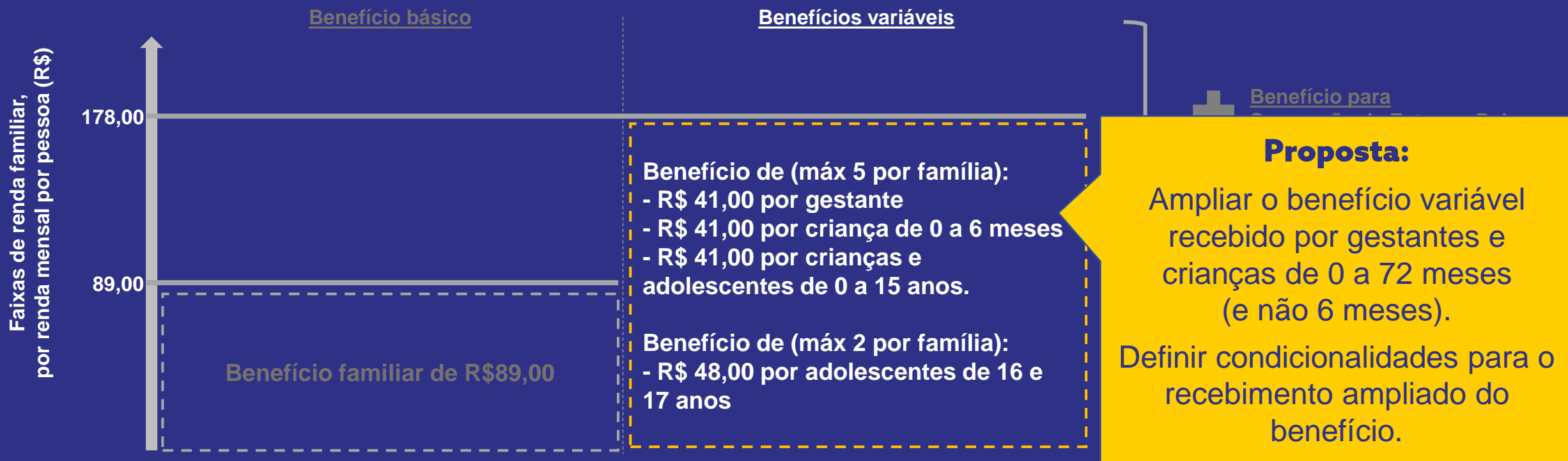
Programa Bolsa Família

Proposta:

Ampliar o foco à Primeira Infância no âmbito do Programa Bolsa Família, ampliando o benefício variável para famílias com crianças de até 6 anos.

Programa Bolsa Família:

Como funciona:



III) Ações diretas do Governo Federal

Apoio para oferta de creches de qualidade

Proposta:

A partir das experiências do Brasil Carinhoso e do Proinfância, criar programa federal de apoio à ampliação do acesso a creches de qualidade para crianças em vulnerabilidade social

Programa Federal de apoio direto aos municípios:

- 1 Transferência de recursos federais para os municípios, proporcional ao número de matrículas em creche de crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica (aprimoramento do Brasil Carinhoso, programa já existente)
 - Sugestão de valor: 50% do valor aluno/ano do Fundeb para esta etapa em período parcial (aprox. R\$1.500,00/aluno-ano).
 - Recursos devem ser usados para subsidiar o custeio de despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil e as ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional.
- 2 Transferência de recursos federais para subsidiar a construção de novas creches em regiões de alta vulnerabilidade social (aprimoramento do ProInfância, programa já existente), quando da não possibilidade de convênios.
 - Recomenda-se que a transferência seja precedida de diagnóstico sobre a real necessidade de construção.

III) Ações diretas do Governo Federal

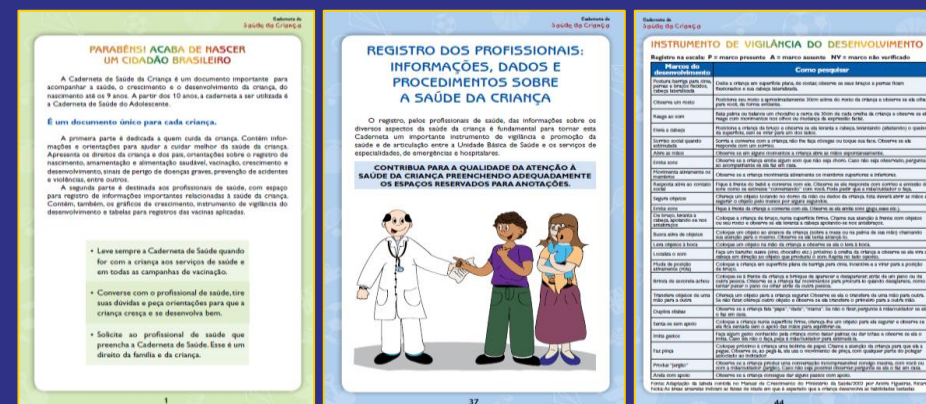
Qualificação do uso da Caderneta da Criança

Caderneta da Criança:

- A Caderneta da Criança é um documento do Ministério da Saúde, distribuído em maternidades públicas ou privadas, que contém informações importantes para o acompanhamento da saúde, crescimento e desenvolvimento da criança do nascimento até os 9 anos de idade.¹
- É um importante instrumento de acompanhamento do desenvolvimento infantil, que deve ser usado tanto para os pais e responsáveis, quanto pelos profissionais que acompanham a criança.
 - Recentemente, o Ministério da Saúde realizou alterações na atual caderneta no sentido de ampliá-la e incluir novos conteúdos, em conjunto com os Ministérios da Educação e Assistência Social. A nova caderneta deve começar a ser distribuída em abril de 2019.

Tópicos abordados pela atual Caderneta da Criança (2018):

- Registro civil de nascimento
- Direitos das crianças e pais
- Cuidados para os primeiros dias de vida
- Amamentação e nutrição
- Desenvolvimento da criança e afeto
- Vacinação e cuidados com a saúde
- Registro dos profissionais: informações, dados e procedimentos sobre a saúde da criança – com registros e protocolos de avaliação



III) Ações diretas do Governo Federal

Qualificação do uso da Caderneta da Criança

Proposta:

A partir do lançamento da nova versão da Caderneta, qualificar seu uso, garantindo que seja um instrumento unificado usado nacionalmente para a avaliação e monitoramento do desenvolvimento infantil.

Objetivo:

- Orientar os pais e responsáveis sobre o desenvolvimento infantil, como um instrumento de educação parental.
- Orientar os profissionais que acompanham a criança (ex: pediatra, professores, etc) para o uso qualificado da caderneta, permitindo melhor acompanhamento e monitoramento de seu desenvolvimento individual.

Principais ações:



Mobilizar e formar os profissionais de todas as áreas para que utilizem a Caderneta da Criança no âmbito de todos os serviços ofertados e para que esse instrumento seja efetivo para o acompanhamento do desenvolvimento infantil de cada indivíduo.



Informatizar **gradualmente** a Caderneta da Criança para permitir o acompanhamento intersetorial das ações e serviços pelos quais a criança está sendo atendida, ainda mantendo a Caderneta física.



A partir da divulgação da nova Caderneta, avaliar seu uso enquanto instrumento de monitoramento do desenvolvimento infantil e aprimorá-la no que for necessário, em um prazo médio de três anos.

Política Nacional Intersectorial para a Primeira Infância

Para criar condições para que as crianças tenham um atendimento integral e integrado de qualidade, nossa proposta está estruturada da seguinte forma:

Pilares da Política Nacional Intersectorial para a Primeira Infância

Parâmetros
Nacionais
de Atendimento

Apoio a
Programas
Estaduais
intersectoriais
em colaboração
com municípios

Ações diretas do
Governo Federal
para apoio à
Primeira Infância

Governança e Gestão da Política Nacional

**Pacto Interfederativo e
Comissão Intersectorial**

Integração e
uso inteligente
dos dados

Visão integrada de
1ª Infância no
Orçamento Federal

IV) Pacto Interfederativo e Comissão Intersectorial

Contexto:

- O Brasil **já possui** um Comitê Intersectorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância, instituído pelo Decreto de 7 de março de 2017 para “**assegurar a articulação de ações destinadas à proteção e à promoção dos direitos da criança na primeira infância**”.

O que diz o Decreto:

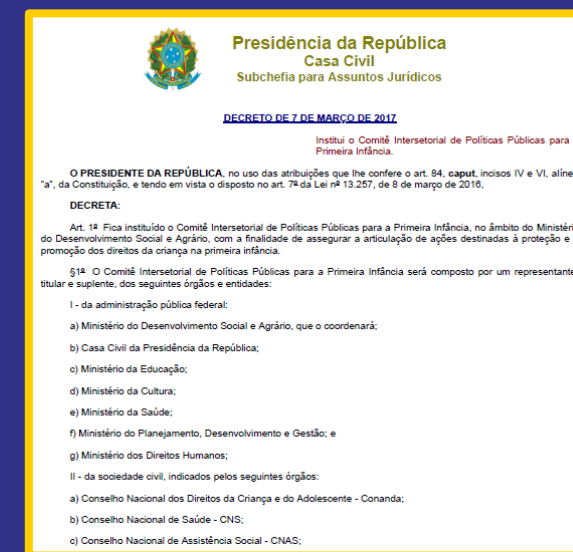
- Está no âmbito do **Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário**.
- Membros: **administração pública federal e sociedade civil**.
- Representantes de órgãos e entidades públicas e privadas **podem ser convidados** a colaborar.
- **Atribuições:**

I - articular as ações setoriais com vistas ao atendimento integral e integrado da criança na primeira infância;

II - acompanhar a execução de políticas públicas voltadas à primeira infância;

III - atuar em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para o pleno atendimento dos direitos da criança na primeira infância;

IV - promover o desenvolvimento integral, a prevenção e a proteção contra toda forma de violência contra a criança na primeira infância.



IV) Pacto Interfederativo e Comissão Intersectorial

Proposta:

Instituir Pacto Interfederativo para a Primeira Infância entre União, Estados e Municípios a partir da criação de uma Comissão Intersectorial na Presidência.

Objetivos:

- Promover e assegurar a priorização da Primeira Infância em âmbito nacional.
- Articular os Ministérios, órgãos federais e entes subnacionais, no intuito de ampliar a intersectorialidade nas ações voltadas à Primeira Infância.



Revisão do Decreto de 2017 – pontos importantes a serem considerados:

- Instituição de:
 - Pacto Interfederativo pela Primeira Infância;
 - Comissão Intersectorial Ministerial;
 - Comissão Intersectorial Técnica.
- Composição por instituições do governo federal que têm competências diretamente ligadas aos direitos da criança e também aquelas que têm ações complementares ou tangenciais, além da representação dos entes subnacionais.
- Definição de atribuições e competências específicas à luz da Política Nacional Intersectorial para a Primeira Infância.

Política Nacional Intersectorial para a Primeira Infância

Para criar condições para que as crianças tenham um atendimento integral e integrado de qualidade, nossa proposta está estruturada da seguinte forma:

Pilares da Política Nacional Intersectorial para a Primeira Infância

Parâmetros
Nacionais
de Atendimento

Apoio a
Programas
Estaduais
intersectoriais
em colaboração
com municípios

Ações diretas do
Governo Federal
para apoio à
Primeira Infância

Governança e Gestão da Política Nacional

Pacto Interfederativo e
Comissão Intersectorial

Integração e
uso inteligente
dos dados

Visão integrada de
1ª Infância no
Orçamento Federal

V) Integração de Bancos de Dados

Contexto:

- Os Ministérios atualmente possuem diversos bancos de dados pulverizados e não integrados.
- Dificuldade em obter uma visão geral do atendimento às crianças e dos serviços pelos quais foram atendidas. Os municípios alimentam os sistemas, mas não tem retorno das informações para a tomada de decisões.

Saúde

- Datasus



Pelo menos **11 sistemas** do Datasus podem ter informações sobre as crianças

Educação

- INEP: Censo Escolar – dados sobre matrículas e infraestrutura em creches e pré-escolas.
- INEP: SAEB – avaliação da Educação Infantil por meio de questionários aos diretores, professores e dirigentes*.

*Avaliação ainda não implementada.

Pelo menos **2 fontes de informação** da Educação sobre as crianças

Assistência

- Sistema Nacional de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede SUAS)
- Censo SUAS

1. BPC nas Escolas
2. CadSUAS
3. SIGPBF
4. CECAD
5. SISC
6. RMA
7. Sispeti
8. Prontuário Eletrônico
9. SIMPETI

Pelo menos **9 sistemas** da Rede SUAS podem ter informações sobre as crianças

Proteção à criança e outros bancos importantes

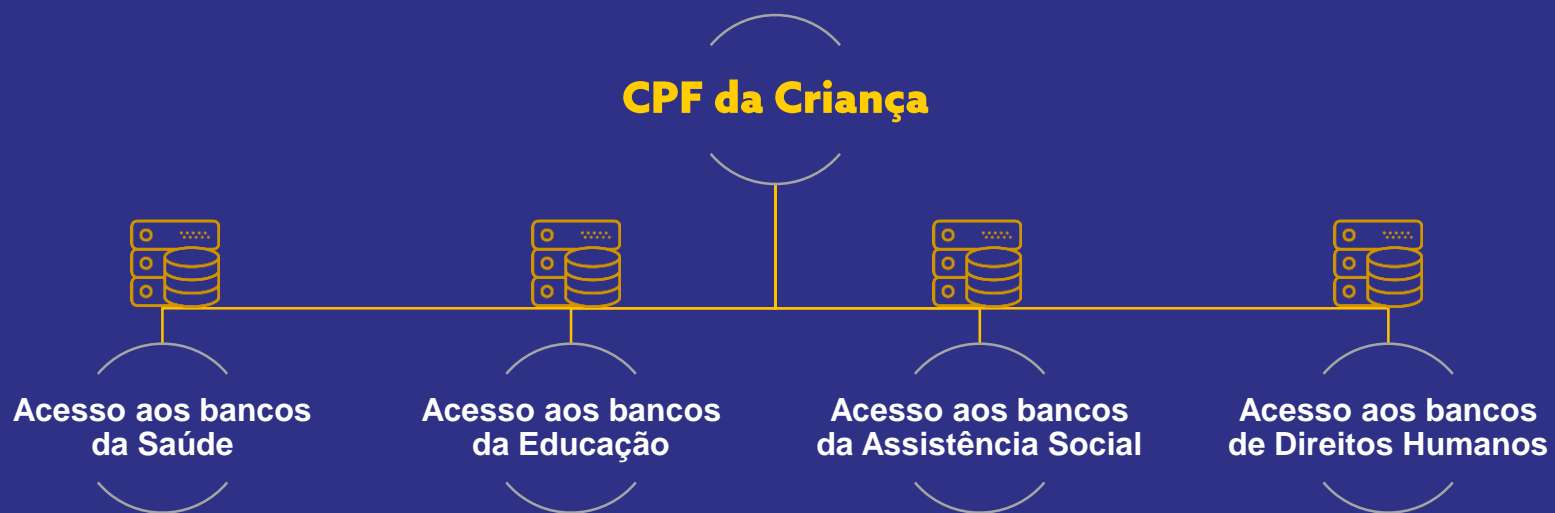
- Disque 100: dados sobre violência contra as crianças.
- Observatório de Direitos Humanos: tráfico de crianças, dentre outros.
- Censo IBGE: dados sobre registro civil, população. IBGE/Pnad: dados sobre cobertura, taxa de atendimento de creche e pré-escola, trabalho infantil, dentre outros.

Pelo menos **3 outras fontes de informação** sobre as crianças

V) Integração de Bancos de Dados

Proposta:

Integrar, a partir do CPF, os bancos de dados que contenham informações sobre a Primeira Infância entre os Ministérios da Educação, Saúde, Assistência Social e Direitos Humanos.



!! Atenção à questão da responsabilidade ética no uso de dados com identificação individual. Recomenda-se o uso de informações no nível agregado para fins de planejamento.

V) Integração de Bancos de Dados

Proposta:

Integrar, a partir do CPF, os bancos de dados que contenham informações sobre a Primeira Infância entre os Ministérios da Educação, Saúde, Assistência Social e Direitos Humanos.



Objetivos:

- Subsidiar Estados e Municípios com informações claras e confiáveis sobre a Primeira Infância
- Identificar os serviços pelos quais cada criança está sendo atendida e quais ainda necessita de atendimento.
- Evitar sobreposições de ações e esforços dos entes federados para a Primeira Infância.
- Permitir a focalização do investimento público para a Primeira Infância, a partir da adoção de ações de alto impacto e otimização do custo.
- Permitir o acompanhamento de indicadores e parâmetros para monitoramento e avaliação no âmbito da Política Nacional.
- Subsidiar a tomada de decisões da política pública a partir do monitoramento e avaliação dos dados, como por exemplo pelo cruzamento de dados:
 - Censo escolar com os dados do Cadastro Único.
Ex.: criação de creches em áreas de vulnerabilidade que atendem majoritariamente famílias beneficiárias do Bolsa Família.
 - Sistema sobre mortalidade infantil com dados do Cadastro Único.
Ex.: avaliação se as causas de mortalidade infantil tem relação com a questão da renda e onde estão concentradas.

V) Integração de Bancos de Dados

Proposta:

A partir da integração dos bancos de dados e do uso qualificado da Caderneta da Criança, seria importante também criar um Sistema de Alertas com indicadores e instrumentos de medição do desenvolvimento infantil, capaz de integrar o nível macro e o nível micro dos dados e informações sobre Primeira Infância.

Sugestões:

- Estabelecer indicadores-chave a serem acompanhados em um sistema de monitoramento.
 - Esses indicadores seriam pontos extremamente sensíveis de cada uma das áreas (*eventos sentinela*) que geram alertas aos gestores locais e também aos profissionais executores das ações da política pública. Ex.: cobertura de vacina contra poliomielite a nível estadual e a nível individual, crianças de 4 e 5 anos fora da escola, etc.

Inspirações do programa “Cero a Siempre” para a criação dos indicadores e instrumentos de medição:

- Sistema de “Seguimiento Niño a Niño”: alimentado a partir do preenchimento de protocolos de monitoramento do desenvolvimento infantil em âmbito local. Esses protocolos são as “Rutas Integrales de Atenciones”.



○ Vídeo Sistema



○ Vídeo Rutas

Política Nacional Intersectorial para a Primeira Infância

Para criar condições para que as crianças tenham um atendimento integral e integrado de qualidade, nossa proposta está estruturada da seguinte forma:

Pilares da Política Nacional Intersectorial para a Primeira Infância

Parâmetros
Nacionais
de Atendimento

Apoio a
Programas
Estaduais
intersectoriais
em colaboração
com municípios

Ações diretas do
Governo Federal
para apoio à
Primeira Infância

Governança e Gestão da Política Nacional

Pacto Interfederativo e
Comissão Intersectorial

Integração e
uso inteligente
dos dados

Visão integrada de
1ª Infância no
Orçamento Federal

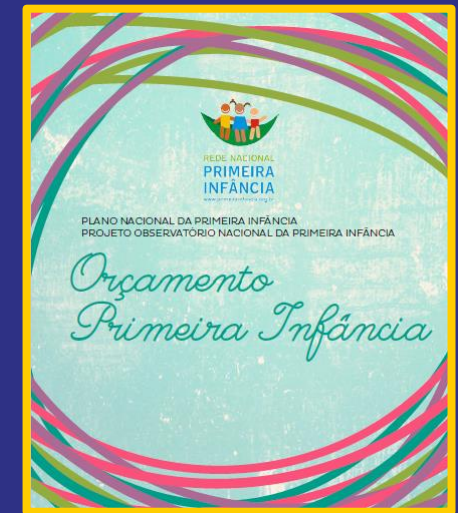
VI) Primeira Infância no Orçamento

Contexto:

- Atualmente, as linhas orçamentárias dos Ministérios são **extremamente abrangentes e dificultam a identificação do investimento** na Primeira Infância.

Resultados do estudo “Orçamento Primeira Infância” de 2014:

- Formatação genérica e pouco transparente do Orçamento.
- Exemplos de iniciativas existentes sem visibilidade no orçamento federal:
 - *Brasil Carinhoso - MDSA, MEC, MS*
 - *Programa ProInfância - Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)*
 - *Rede Cegonha – MS*
- Orçamento federal para a Primeira Infância em 2014: R\$ 14,6 bilhões, correspondente à 0,3% do PIB.



E as dificuldades na avaliação do orçamento destinado à Primeira Infância permanecem...

- Apesar das recomendações no Plano Nacional pela Primeira Infância sobre a criação do Orçamento Primeira Infância na administração pública federal.

VI) Primeira Infância no Orçamento

Proposta:

Realizar mudanças nas formatações orçamentárias de cada Ministério para que seja possível identificar o investimento em ações para a Primeira Infância, permitindo a visibilidade da criança no orçamento público federal.

Objetivo:

- Assegurar a transparência das ações no âmbito da Política Nacional pela Primeira Infância em nível federal, permitindo uma visão holística do investimento nas crianças.

O que será feito:

- No âmbito da Comissão Intersectorial Ministerial, pactuar a criação de mecanismos que possibilitem identificar nas linhas orçamentárias dos Ministérios da Educação, Saúde, Assistência Social e Direitos Humanos, o investimento em ações para a Primeira Infância garantindo:
 - ✓ Maior visibilidade, transparência e prioridade aos investimentos a partir do compromisso dos Ministérios.
 - ✓ Melhora no monitoramento e a avaliação dos investimentos voltados à Primeira Infância.



O Governo Federal pode induzir que os entes subnacionais também realizem as mudanças nas formatações de seus orçamentos públicos, permitindo a visibilidade do investimento na Primeira Infância.


Política Nacional Intersectorial para a Primeira Infância

Para criar condições para que as crianças tenham um atendimento integral e integrado de qualidade, nossa proposta está estruturada da seguinte forma:


Pilares da Política Nacional Intersectorial para a Primeira Infância



Parâmetros Nacionais de Atendimento




Apoio a Programas Estaduais intersectoriais em colaboração com municípios



Ações diretas do Governo Federal para apoio à Primeira Infância

Governança e Gestão da Política Nacional

Pacto Interfederativo e Comissão Intersectorial 

Integração e uso inteligente dos dados 

Visão integrada de 1ª Infância no Orçamento Federal 

**Para fortalecer a implementação das
ações propostas no âmbito da
Política Nacional...**

**O Governo Federal pode atuar
coordenando ações de mobilização.**

MOBILIZAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL

Coordenação de ações de sensibilização com objetivos específicos

Exemplos de ações que poderão ser vinculadas:

- Campanha para utilização qualificada da caderneta da criança para as famílias e para os profissionais que acompanham o desenvolvimento infantil
- Campanhas de vacinação para conscientização das famílias
- Ações de comunicação para a promoção da parentalidade
- Assembleias entre os entes federativos para discussão das ações propostas na Política Nacional

Inspirações de iniciativas internacionais:



- Video - Plan Inicial – Educación Parvularia Chile – Elije Educar



- Vídeo - De Cero a Siempre – Colômbia

Grupo de discussão: Educação Já – Primeira Infância



Anna Maria Chiesa: é professora associada sênior do departamento de enfermagem em saúde coletiva da EEUSP, consultora técnica da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, e membro do Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância.



Alejandra Velasco: foi assessora no Ministério da Fazenda do México e na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Atua como consultora na Fundação Maria Cecília Souto Vidigal .



Beatriz Abuchaim: é gerente de conhecimento aplicado da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Foi pesquisadora da Fundação Carlos Chagas.



Maria Malta Campos: é pesquisadora da Fundação Carlos Chagas. Foi professora da PUC-SP, presidente da ANPEd - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. Atuou no CNPQ e na CAPES.



Mariza Abreu: foi secretária estadual de educação do Rio Grande do Sul, secretária municipal de educação de Caxias do Sul (RS) e consultora legislativa da Câmara dos Deputados da área de Educação, Cultura e Desporto. Atua como consultora.



Naércio Menezes: é coordenador do Centro de Políticas Públicas (CPP) do Insper e professor da USP, com pesquisa essencialmente voltada à área da educação.



Vital Didonet: foi consultor legislativo da Câmara dos Deputados da área de Educação, Cultura e Desporto, coordenador de educação pré-escolar no Ministério da Educação. Atua na RNPI – Rede Nacional Primeira Infância e é consultor de organismos internacionais como Unicef e Unesco.



Washington Bonfim: foi Secretário de Educação e de Planejamento de Teresina (PI). Atua como especialista em Gestão Pública da Comunitas.



EDUCAÇÃO JÁ!
